

Relatório e Contas

Exercício de 2022



O Conselho de Administração vem submeter a V. Exas., o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício ao ano civil de 2022.

Sede

Av. José Gomes Ferreira, 11, Ed. Atlas II sala31
1495-139 Algés
Portugal

T [+351 211 912 822]
geral@drillgo.com
drillgo.com

INTRODUÇÃO

A Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (doravante “Drill GO” ou “a Empresa”), foi fundada em 18 de abril de 2019 e teve o início de atividade em 15 de maio de 2019.

Este investimento surgiu pela vontade e necessidade dos seus acionistas de adquirirem para o seu *core business* a competência da geotecnia e surgiu numa altura em que o mercado português dava mostras e apetência de ter um novo *player* no mercado.

A Drill GO desenvolve prioritariamente a prestação de serviços na área da geotecnia e obras subterrâneas em todo o território nacional, tendo como objetivo igualmente a realização de trabalhos no mercado europeu, onde já desenvolveu no seu primeiro ano de atividade obras em França.

Passados que estão quase quatro anos da sua fundação, pode-se já dizer que a Empresa é já uma empresa de referência nesta área, capaz de fornecer todos os serviços de geotecnia de A a Z – desde as sondagens até às maiores obras de atividade subterrânea, vulgo túneis, atividade que iniciou já este exercício de 2022 no Metro do Porto.

Trata-se de um projeto empresarial aliciante, que já realizou investimentos superiores a 9,5 milhões de euros em equipamentos de última geração nestes quase 4 anos por forma a abarcarmos todas as vertentes de geotecnia atrás referidas.

1- Enquadramento Macroeconómico

Após a crise iniciada em 2008, o mercado de construção sofreu quedas muito significativas, tendo obrigado a maioria das empresas a adaptar-se a novas realidades e novos mercados.

Muitas houve que não resistiram e desapareceram do mercado, tornaram-se irrelevantes, ou pior; por ausência de legislação competente, que definitivamente as elimine do mercado arrastam-se neste, distorcendo concursos, enganando clientes incautos e restantes parceiros.

O sector da construção perdeu nesse período milhares de postos de trabalho, seja pela emigração a que esteve sujeita, seja pelo fim de vida laboral de muitos dos especialistas que as empresas portuguesas tinham. Essa falta de mão de obra especializada mantém-se e é um dos fatores que atualmente limitam as empresas na sua tentativa de reposição de capacidades instaladas. É pois, fundamental, que a política de ensino possibilite o “regresso” dos especialistas ou em alternativa que as políticas de imigração possibilitem dotar o mercado português deste tipo de mão de obra especializada, que Portugal sempre teve em qualidade e que sempre exportou com sucesso desde as décadas de 60 do século passado.

Segundo as projeções económicas do Banco de Portugal, o mercado português, cujo último ano em que se aproximou da União Europeia (“UE”), foi em 2019, não tem vindo a cumprir com as expetativas de convergência face à UE, prevendo que esse afastamento ainda se

WV
f. r

mantenha pelo menos até ao exercício de 2023, iniciando uma recuperação, ainda que lenta, no pós-2023, face à zona Euro. Mesmo assim, essa recuperação face à média europeia não evita que estejamos a ser ultrapassados por países historicamente mais pobres que nós, perdendo competitividade dentro do espaço económico em que nos inserimos, colocando-nos já nos 3 últimos lugares da UE no que diz respeito a PIB/per capita.

		2020	2021	2022	2023(p)
Produto Interno Bruto	Portugal	-8,4	4,8	6,8	1,5
	Zona Euro	-6,5	5,0	4,6	2,1
Índice preços consumidor	Portugal	-0,1	0,9	8,1	5,8
	Zona Euro	0,3	2,2	1,7	1,5
Consumo Privado	Portugal	-7,1	5,0	5,9	0,2
	Zona Euro	-8,0	3,3	5,9	2,8
Consumo publico	Portugal	0,4	4,8	1,4	-1,3
	Zona Euro	1,2	3,9	0,2	0,5
Formação Bruta Capital fixo	Portugal	3,7	3,9	4,3	2,4
	Zona Euro	-8,2	5,5	5,9	3,3
Exportações	Portugal	-18,6	9,6	12,7	7,8
	Zona Euro	-9,5	9,3	6,4	3,1
Importações	Portugal	-12	8,8	9,1	5,1
	Zona Euro	-12,1	10,3	9,3	6,2
Emprego	Portugal	-1,9	2,50	2,3	0,0
	Zona Euro	-1,5	1,1	1,3	1,0

Fonte: Banco de Portugal – dez 2022

Naturalmente que os dados previsionais macroeconómicos que se apresentam, estão intimamente ligados com a capacidade de absorção e reação que a economia portuguesa por comparação com a economia do espaço Euro, teve aos efeitos provocados quer pela pandemia de 2020/21 quer pelos efeitos da invasão da Ucrânia ocorrida em 2022, cuja guerra à data de hoje ainda não terminou.

Nesse sentido mantém-se válido para a economia portuguesa a esperança de sucesso da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que como já foi dito no ano passado, pelo governo *“é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, com recursos que ascendem a cerca de 14.000 M€ de subvenções, um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.”* sic

Este conjunto de investimento publico, que já notámos em 2022 com o início de algumas obras de grande dimensão, tais como os investimentos do Metro de Lisboa e do Metro do Porto, bem como investimentos em ferrovia, por exemplo, substituem de alguma forma o efeito que o investimento privado vinha a ter até ao final do primeiro semestre de 2020. Nessa altura, notou-se um abrandamento muito significativo de alguns investimentos previstos, alguns dos quais foram retomados no segundo semestre do ano, tendo permitido que a atividade económica do setor em que nos inserimos voltasse a ter a ter algum dinamismo.

É neste enquadramento que se mantém incerto (Retoma? Não Retoma? Investe? Não Investe? Exporta? Não Exporta?) que as empresas se adaptaram, criando um “novo normal” em que os investimentos são muitíssimo escrutinados, a pressão da inflação enorme, o que obriga a políticas comerciais mais agressivas e ponderadas, para não colocar em risco a continuidade das obras em execução. Mantém-se assim, tempos de grande atenção e resiliência.

A Drill GO, muito ciente desse princípio, terá os cuidados necessários para fazer investimentos na altura certa e evitar embarcar em espirais de preços anormalmente baixos, que por vezes aparecem no mercado, que mais não fazem que distorcê-lo sem benefício algum para os intervenientes dado que muitas das vezes ficam obras por fazer, fornecedores por pagar, apenas porque se apostou em atribuir obras ao vencedor de preço mais baixo, sem cuidar da sua capacidade e qualidade atual para a realizar. Esta situação continua recorrente, o que implica mais tarde, o anúncio por parte de quem contrata, de “desvios” nos custos, incompreensíveis para a maioria das pessoas, mas perfeitamente admissíveis para quem está dentro do mercado.

2- Drill GO - Atividade desenvolvida no exercício de 2022

Atividade comercial

Tivemos mais um ano em que a atividade comercial da Drill GO foi intensa. A Empresa é mais conhecida e reconhecida pela qualidade dos seus trabalhos, facto que facilita a procura de soluções com a marca Drill GO.

Foi assim com naturalidade que, em 2022, fomos solicitados para estudar os maiores e melhores projetos de geotecnia no país e pudemos escolher alguns para estudo no estrangeiro, com parceiros específicos. Faz parte da nossa estratégia comercial e igualmente do nosso ADN histórico, termos obras no estrangeiro, de preferência de longa duração. Infelizmente a pandemia e a dificuldade momentânea de circulação de pessoas, fez com que, desde 2021, não tivéssemos tido atuação fora de portas, com exceção de um “resto” de obra em França, mas não obstante mantivemos atividade comercial para o exterior, porque mais tarde ou cedo, sabíamos que iríamos exportar os nossos serviços. Em 2022, já aconteceu em Cabo Verde e irá seguramente acontecer noutros mercados europeus, alvos do nosso estudo.

Assim, a nossa área comercial manteve atividade dinâmica ao longo de todo o exercício de 2022, período durante o qual terá angariado cerca de 8M € de novos contratos.

Fomos mais seletivos nas obras estudadas, dando preferência às de maior valor, que conseguem acomodar melhor os custos de estrutura.

Estudámos número idêntico de projetos nestes 3 últimos anos, com um sucesso comercial que tornou a nossa carteira de obras bastante confortável, principalmente em 2022 e neste ano de 2023. Note-se que nestes números se encontram incluídas obras de valor considerável, tal como sejam o Metro do Porto, os vários contratos da Linha da Beira Alta, a Barragem do Alto Tâmega ou a reabilitação da Barragem de Alvorninha, para destacar as maiores, entre outros.

	2020	Montante	2021	Montante	2022	Montante
Obras estudadas	567	251,465 M€	565	171,559M€	542	134,000M€
Obras adjudicadas	55	9,257 M€	63	20.956M€	62	7.992M€
Obras muito prováveis	7	2,879 M€	5	1.756M€	5	1.833M€

Do quadro acima apresentado, que resume a atividade comercial do exercício de 2022, há que realçar a manutenção da existência de mercado de geotecnia, realçando-se a nossa capacidade de conquistar cerca de 11,5% dos projetos estudados.

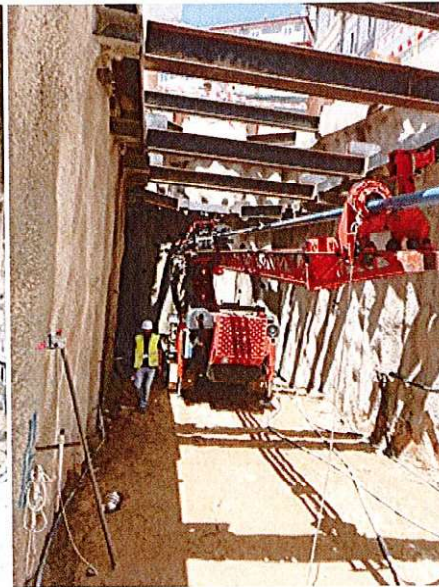
As obras dos Metros de Lisboa e Porto, bem como várias obras de fundações de valor significativo, permitiram um ano de enorme atividade produtiva, possibilitando ainda uma carteira de obras para 2023 razoavelmente confortável o que nos leva a pensar que os objetivos orçamentados serão uma vez mais atingidos.

Em termos comerciais, tal como referido atrás, a atividade internacional não esteve parada e foram lançados bases e contactos que esperamos virem dar azo a obras futuras. Bélgica, Gana, Grã-Bretanha, Noruega e obviamente França onde continuamos com a nossa Sucursal ativa, são alvos que mais tarde ou cedo irão dar frutos e onde esperamos vir a ter atividade produtiva dentro em breve.

Investimento



EGT TD5200



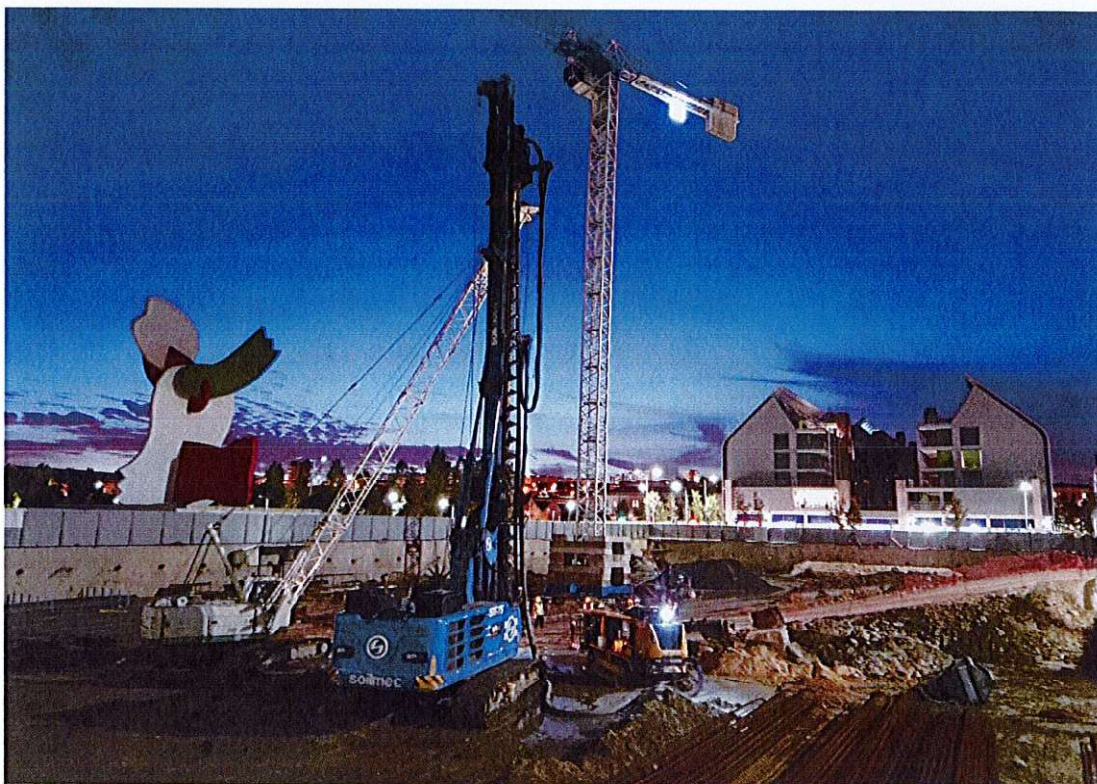
MDT 230K

O projeto da DrillGO, tendo em vista a liderança do mercado em Portugal, assenta num investimento em equipamento de geotecnia a ser realizado em 5 anos - que se estimou em 2019 em cerca de 12M€. A existência da pandemia em 2020/1, logo seguida da guerra da invasão da Ucrânia, fez com que fôssemos mais prudentes nos momentos dos investimentos a efetuar.

Ao fim deste terceiro ano completo de atividade, investimos em equipamento cerca de 9,5M€.

Do investimento ocorrido em 2022, cujo montante ascendeu a cerca de 1,2M€, praticamente metade foi investido em equipamentos para túneis. De resto, outras áreas de atividade, como taludes e pequeno diâmetro, não foram descuradas tenho tido também o seu quinhão de investimento.

fr. x



Lote 6 - Riverside – Lisboa



Taludes - LBA Troço Pampilhosa - St Comba Dão



Fábrica Napolitana 1ª Fase - Lisboa

Os equipamentos da empresa encontram-se em Portugal e a realizar obras de norte a sul do território e têm tido taxas de ocupação muito elevadas, constituindo assim um sinal do acerto em termos de investimento.

No decorrer de 2022, realizamos uma obra em Cabo Verde, tendo deslocado igualmente e temporariamente um equipamento.

A Empresa tem como centro de operações do seu equipamento, um estaleiro em Queluz de Baixo, onde as nossas equipas de manutenção realizam todos os testes e manutenção preventiva aos nossos equipamentos.

Prevemos que em 2023 já possamos utilizar um novo estaleiro em Azeitão, atualmente a ser preparado para nos acolher, o que deverá ocorrer no decorrer do 2º semestre do ano.

Obras e produção realizada no exercício

No decorrer do exercício, a Empresa participou em 48 obras, sendo que apenas uma foi realizada fora do país (em Cabo Verde, como atrás foi mencionado). A comparação com as 65 executadas no ano anterior é reflexo da aposta em obras maiores e de maior faturação.

O volume de negócios atingiu os 15.476.838€, superior em 42% em relação ao ano anterior o que demonstra o acerto quer da capacidade comercial quer da capacidade produtiva, bem como áreas de suporte que em 3 anos quase triplicaram o volume de negócios da empresa.

Para além das obras no continente, voltámos a realizar uma obra nos Açores e estreámo-nos na Madeira, onde tivemos grande procura dos nossos trabalhos.

As 15 principais obras e os montantes de faturação mais significativos ocorridos em 2022, foram os seguintes:

As 15 Obras com mais Facturação em 2022

Túnel de Rio de Vila - Metro do Porto - Consórcio Lurperlan	1 025 228
Taludes - LBA Troço Pampilhosa – St Comba Dão	1 020 649
Riverside – Lote 5 - Lisboa	868 589
Barragem do Alto Tâmega	853 881
Riverside – Lote 6 - Lisboa	833 517
Fabrica Napolitana – Fases 1 e 2	822 861
Novo Liceu da Várzea - Ilha de Santiago (Praia)	749 414
Reabilitação – Barragem de Alvorninha	570 380
Ed. Rua da Alegria 76-104, Lisboa	432 924
Linha da Beira Alta - Estacas 1500mm	420 715
Metro do Porto-Estacas e Perfis Verticais (Poços, Estação St António, Rio Vila e Liberdade)	415 835
Ensaio de JG - Pilha de Aparas - Navigator	413 497
Quinta das Giestas	372 905
Alfa Atlântica Parque das Hortas - Guimarães	366 788
Porto das Lajes das Flores - Microestacas	332 659



Jet Estação Hospital Stª António
 Metro Porto



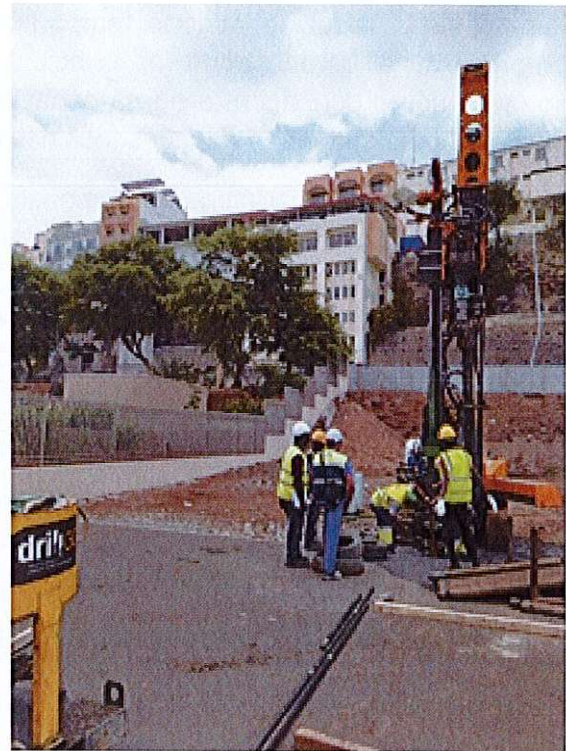
Túnel de Rio de Vila - Metro do Porto



Metro do Porto - Escavação e tratamento dos tuneis a partir da Estação da Galiza



Porto das Lajes das Flores – Açores



Liceu da Várzea - Cabo Verde



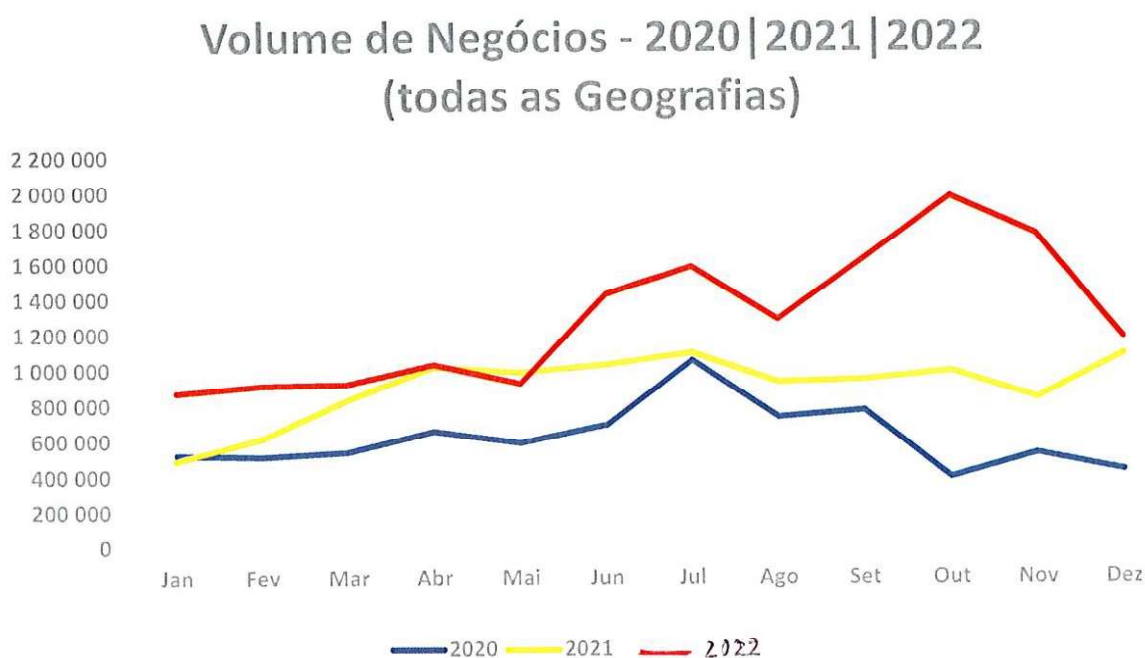
Sistema de Teleféricos e Parque Aventura – Madeira

Para o ainda reduzido período temporal de atividade, a capacidade de penetração da Empresa está demonstrada e, principalmente, o constante retorno de clientes que conhecemos e conhecem a nossa capacidade enche-nos de orgulho, porque sabem que lhes podemos encontrar soluções técnicas necessárias ao seu negócio.

A evolução mensal da faturação demonstra igualmente a capacidade de crescimento e de aceitação da Empresa em tão curta atividade e o fantástico crescimento que se deu entre 2020 para 2022, mesmo considerando os efeitos de exercícios em estado pandémico e com o início de uma guerra na Europa, com as dificuldades subjacentes ao facto.

Evolução mensal de faturação aos clientes 2020-2022:

(valores em m€)



Recursos Humanos

Conforme já referido, a Empresa iniciou atividade em maio de 2019, tendo tido a capacidade de encontrar no mercado os profissionais que garantiram a sua imediata implantação no mercado.

A evolução do número de colaboradores em Portugal é demonstrativa da capacidade e penetração da Empresa e a evolução do número de colaboradores tem de certa forma evoluído com os investimentos que a empresa faz e com o crescimento do negócio.

Todo o “back office”, área comercial e de projeto se encontra em Portugal.

Com o arranque das operações da nossa empresa “irmã” Drill GO em Angola (empresa com acionistas comuns) em 2020, fomos igualmente capazes de dotar aquela entidade dos recursos técnicos necessários, para se juntarem aqueles que aquela entidade já dispõe em Angola, tendo em vista o seu arranque em pleno também naquele território e a sua implantação tal como a ocorrida em Portugal.

Evolução do quadro de pessoal:

	2021	2022
Dez 2020	61	
Janeiro	60	73
Fevereiro	62	74
Março	66	73
Abril	69	77
Maio	68	80
Junho	66	79
Julho	67	84
Agosto	70	83
Setembro	70	90
Outubro	70	96
Novembro	71	103
Dezembro	72	105

O total dos gastos com pessoal atingiu os 3,411M€, dos quais 470.228€ correspondem a encargos sobre remunerações.

Verifica-se, assim, que a Empresa conseguiu criar no exercício 22 novos postos de trabalho e que em 3,5 anos, criou 105 novos postos de trabalho, sendo a grande maioria de atividades técnicas relacionadas com produção, onde se incluem em boa quantidade, entre outros, engenheiros, mecânicos e manobreadores, por exemplo.

Realce-se ainda que o conjunto dos nossos colaboradores contribuiu ainda com aproximadamente 400 k€ relativos a retenções de IRS para o Estado Português.

A Empresa tem nos seus quadros de pessoal, 23 mestrandos/licenciados, a que se juntam 37 colaboradores com o 12º ano completo, o que demonstra bem, a aposta técnica pretendida.

De realçar – conforme dito anteriormente – a dificuldade em arranjar mão de obra qualificada e especializada, nomeadamente para obras de túneis e taludes - atividades que exigem colaboradores muito especializados, dado o risco que encerram. O desinvestimento que Portugal manteve nos últimos anos, aliado ao facto de se estarem agora a fazer obras cuja tipologia já não se fazia no país há 20 anos (obras de metro, por exemplo), provocou a saída de especialistas e a reforma de outros, continuando a não haver escolas técnicas que possam cativar novo sangue para este tipo de trabalhos.

Outra abordagem – que passará pela imigração deste tipo de especialistas - terá que ocorrer, sob pena de poder colocar em risco a qualidade das obras e até as próprias pessoas.

A Drill GO tem conseguido formar colaboradores, mas temos déficit de especialistas para os trabalhos que constantemente nos são solicitados, que em Portugal, quer no estrangeiro.



Situação Económica e Financeira

Em 2022, a DrillGO obteve um volume de negócios de 15,5M€, um crescimento de 42% em relação a 2021, e um resultado antes de impostos positivo de cerca de 474.880€ (251.212€ em 2021). O resultado líquido foi de 369.020€ (140.363€ em 2021).

A DrillGO nunca parou a atividade durante o exercício e teve as suas máquinas permanentemente ocupadas. A tipologia das obras que fez foi tendencialmente a que se tinha previsto (obras grandes e de maior duração), tendo a Empresa conseguido dessa forma obter sinergias que não se conseguem quando as obras são mais pequenas e de curta duração.

O ativo da empresa cresceu 13%, fortemente incrementado pela subida do investimento em clientes em 88%. A Empresa não apresenta problemas nas suas contas a receber, não havendo saldos antigos por cobrar.

A Empresa dispõe já de equipamento de valor líquido contabilístico a rondar os 7,17M€ (6,83M€ em 2021) e um parque de equipamentos que já oferece possibilidades de oferta de serviço em praticamente todas as áreas de geotecnia, quer seja sondagens, instrumentação, pequeno e grande diâmetro, taludes, entre outros.

W
r

Em termos de fontes de financiamento, os acionistas cumpriram com o apoio esperado face ao investimento efetuado tendo igualmente subido o nível dos suprimentos para acumulado para 4,375M€, o que representa o inquestionável compromisso destes face ao investimento nesta área de negócio.

A Empresa apresenta um rácio de autonomia financeira (Capitais Próprios/Ativo) de aproximadamente 12,11%.

Endividamento

Em 2022, a Drill GO apenas contratualizou 6 leasings a 5 anos no montante inicial de 1.156.839€, a taxas consentâneas com o mercado.

Finalmente, a 31 de dezembro de 2022, a Empresa mantinha-se responsável por 10 garantias bancárias de boa execução de obras, no montante total de 500.520€ (incluindo uma garantia bancária prestada em França no montante de 64.738€), a maioria delas com data finita e com prazos não superiores a dois anos.

Adicionalmente, a Empresa manteve o seu sistema “*revolving*” de *plafond* junto das suas principais instituições de crédito, que dão garantia de realização dos investimentos previstos para 2023 com especial destaque para o necessário para a obra do Metro do Porto - bem como da existência de linhas de garantias bancárias tão necessárias na nossa atividade.

3- Evolução previsível da Sociedade

Dando sequência ao plano de negócios aprovado pelos acionistas, a Empresa manterá o seu esforço de investimento, sendo que este será igualmente acompanhado pelos acionistas no que respeita à disponibilização de capitais.

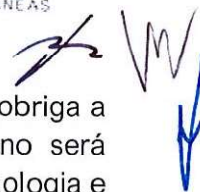
A Empresa tem desde já acordadas linhas de medio e longo prazo para fazer face a novos investimentos e linhas de leasing que permitem absorver o plano de investimento aprovado, pelo que é expectável que, em 2023, a Empresa mantenha níveis de volume de negócios a rondar os 15 M€, com a manutenção de resultado positivo.

Naturalmente que, por ser uma empresa de forte investimento em equipamento, o seu EBITDA será sempre de valores muito razoáveis, libertando a Empresa fundos suficientes para não colocar em causa os seus compromissos.

Em termos de carteira de encomendas, a Empresa tem a sua capacidade praticamente tomada no exercício, sinal da dinâmica e da apetência do mercado em dispor de uma empresa de geotecnia que se apresenta de forma independente nos grandes concursos.

Em 2022, a Empresa fez um esforço para iniciar a implementação “*in house*” de um sistema de gestão de qualidade, tendo em vista a obtenção num prazo curto das certificações e qualidade que o mercado procura, sendo que em 2023 dará continuidade a esse trabalho.

No que se refere ao capital humano, a Empresa continuará a possibilitar crescimento líquido de postos de trabalho, sendo a tendência a da formação de jovens quadros de engenharia, geotecnia e gestão, no sentido de possibilitar ser uma empresa que se quer escola de



geotecnia e muito preparada para o futuro. A evolução técnica dos equipamentos obriga a um acompanhamento constante de quem os opera e hoje esse capital humano será preparado para usufruir de equipamentos novos, dotados com a mais moderna tecnologia e capazes de conseguir os melhores rendimentos do mercado.

Elevar os níveis de produtividade será sempre uma tarefa em aberto e também para 2023 faremos desse tema “uma batalha permanente”.

4- Acontecimentos relevantes acontecidos após o exercício de 2022

Não existiram eventos subsequentes que necessitassem de registo ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

5- Proposta de Aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado positivo, no montante de 369.020€ seja aplicado da seguinte forma:

- o montante de 18.451€ transferido para a rubrica “Reserva legal”; e
- o montante de 350.569€ transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

6- Agradecimentos

No termo deste terceiro exercício completo de atividade e prestes a concluir o quarto aniversário desta Empresa, não queremos deixar de agradecer aos nossos acionistas e colaboradores, dos quais destacamos os que no início nos ajudaram a colocar de pé este projeto, bem como aos bancos primeiros financiadores, que acreditaram nas pessoas e no sucesso do projeto.

Sabem todos que também eles continuam a contar com o nosso esforço diário de elevar esta empresa ao topo das melhores empresas de geotecnia do mercado. Foi para isso que a criámos.

Naturalmente que os clientes, e a confiança que nos depositam são o nosso maior ativo.

Algés, 14 de Abril de 2023

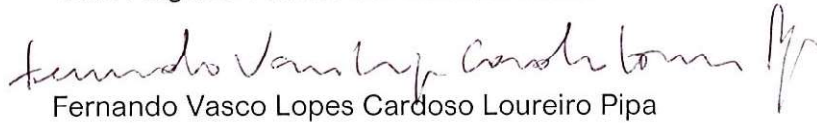
A Administração

José Domingos Gonçalves da Silva

Jose Alberto Puna Zau



João Augusto Farinas de Almeida Falcão



Fernando Vasco Lopes Cardoso Loureiro Pipa



Vasco Batista Dinis

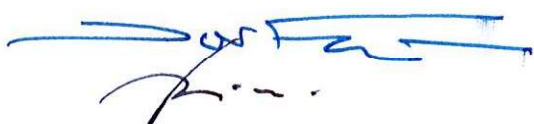
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Euros

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

A Administração

O Contabilista Certificado



Handwritten signature of the Administration



Handwritten signature of the Certified Accountant

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

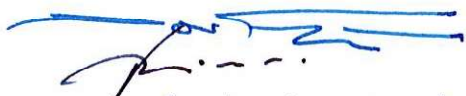
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
Vendas e serviços prestados	19	15 476 838	10 923 378
Subsídios à exploração		15 276	2 207
Variação nos inventários da produção	21	(32 157)	(32 306)
Trabalhos para a própria entidade	7	107 346	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(4 918 591)	(3 210 611)
Fornecimentos e serviços externos	22	(5 805 730)	(4 050 604)
Gastos com o pessoal	23	(3 410 922)	(2 584 836)
Outros rendimentos	24	282 945	275 712
Outros gastos	24	(39 365)	(28 428)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 675 639	1 294 511
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização	25	(990 073)	(879 173)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		685 567	415 338
Juros e gastos similares suportados	26	(210 687)	(164 126)
Resultado antes de impostos		474 880	251 212
Imposto sobre o rendimento do período	10	(105 859)	(110 848)
Resultado líquido do período		369 020	140 363
Resultado líquido por ação	31	2,46	0,94

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração

O Contabilista Certificado



Fernando Van Lp Carlos Gomes M.



João Nuno Dias

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Euros		DESCRÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
		Posição no início do período - 1 de janeiro de 2022		1 500 000	677	(270 279)	140 363	1 370 762
		Alterações no período:						
		Aplicação de resultados	16		7 018	133 345	(140 363)	-
		Resultado líquido do período		-	7 018	133 345	(140 363)	-
		Resultado integral					369 020	369 020
		Posição no fim do período - 31 de dezembro de 2022		1 500 000	7 695	(136 934)	369 020	1 739 782

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

A Administração

O Contabilista Certificado


Fernando Van Luyck Contabilista Certificado


João Vitorino

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período - 1 de janeiro de 2021		1 500 000	-	(283 148)	13 546	1 230 399
Alterações no período: Aplicação de resultados	16		677	12 869	(13 546)	-
Resultado líquido do período		-	677	12 869	(13 546)	-
Resultado integral					140 363	140 363
Posição no fim do período - 31 de dezembro de 2021		1 500 000	677	(270 279)	140 363	1 370 762

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração

O Contabilista Certificado


Fernando Viana Lopes Cordeiro
PwS.


João Uno Dan

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16 745 775	10 347 364
Pagamentos a fornecedores		(13 252 090)	(7 081 380)
Pagamentos ao pessoal		(3 193 421)	(2 544 060)
Caixa gerados pelas operações		300 264	721 925
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(140 393)	(31 548)
Outros recebimentos/(pagamentos)		395 998	463 323
Fluxos de caixa das actividades operacionais (i)		555 869	1 153 700
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(234 772)	(825 736)
Outros ativos		(33 878)	(28 799)
	5	(268 650)	(854 535)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (ii)		(268 650)	(854 535)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		173 926	963 550
Outras operações de financiamento - Suprimentos		125 000	1 250 000
		298 926	2 213 550
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(916 390)	(741 775)
Juros e gastos similares		(211 064)	(164 126)
Locações financeiras		(530 738)	(325 273)
	26	(1 658 192)	(1 231 174)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (iii)		(1 359 266)	982 376
Variação de caixa e seus equivalentes [(i)+(ii)+(iii)]		(1 072 046)	1 281 541
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	1 798 774	517 233
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	726 728	1 798 774

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração

O Contabilista Certificado






F.V.L.



Anexo às Demonstrações Financeiras para o exercício de 2022

1. Nota introdutória

A Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (adiante designada de “Drill GO” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Avenida José Gomes de Ferreira, n.º 11, 1495-139 Algés, constituída em 18 de abril de 2019, com início de atividade em 15 de maio de 2019, tem por principal atividade perfurações, sondagens e demais trabalhos relacionados com a geotecnia.

Os acionistas maioritários, ambos detendo 50% do capital da Empresa, são a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A., com sede social em Quinta do Ribeiro, Rua de Recarei S/N, Leça do Bailio, 4465-728 Matosinhos, Portugal e a Novinvest, S.A. – Engenharia, S.A., com sede social na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Academia BAI, Edifício C, 5º andar direito, Belas, Luanda, Angola.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como, a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCRF”), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) aplicáveis ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência e plenitude.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Não foram feitas derrogações às disposições no SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Vida útil Ativos Fixos Tangíveis

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As grandes reparações são capitalizáveis pela vida útil estimada. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

4.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As vidas úteis consideradas são como segue:

Vida útil Ativos Intangíveis

	<u>Número de anos</u>
Programas de computador	3

4.2.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A fórmula de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

4.2.4 Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

- Quando é possível estimar com fiabilidade o resultado de um contrato de construção, os correspondentes gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato na data de relato.

O rédito do contrato deve compreender:

- a) A quantia inicial de rédito cordada no contrato; e
- b) Variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato:
 - i. Até ao ponto que seja provável que resultem em rédito;
 - ii. Estejam em condições de serem fiavelmente mensurados.

Em 2022 e 2021, a percentagem de acabamento é determinada de acordo com os gastos incorridos a dividir pelos gastos totais estimados e orçamentados. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos réditos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos - obras” ou “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer - obras”.

Quando não é possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato de construção, o rédito do contrato é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato incorridos que se espera recuperar. Os gastos do contrato são reconhecidos no período em que são incorridos.

Quando for provável que os gastos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo, a correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto. O montante de tal perda é determinado independentemente: (i) de ter ou não começado o trabalho do contrato, (ii) da fase de acabamento da atividade do contrato, (iii) dos lucros que se espere que surjam noutros contratos que não sejam tratados como um contrato de construção único.

4.2.5 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo e o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

4.2.6 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.2.7 Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados (quando tal acontece), e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de *swap* ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos na demonstração dos resultados com base no método da taxa de juro efetiva.

4.2.8 Caixa e equivalentes de caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada através do método direto. Esta encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento, e de investimento. As atividades operacionais englobam os rendimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, assim como os pagamentos de dividendos. Para efeitos da Demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

4.2.9 Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade, sendo classificada como operacional caso contrário.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

4.2.10 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais, nomeadamente o Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido do período.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os 1.500.000 Euros são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

No que diz respeito às operações da sucursal em França, a Empresa é tributada à taxa de 28%.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera que sejam realizadas (ou exigidas) aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos, limitados a 70% do lucro tributável da Empresa (sete anos para prejuízos gerados de 2017 a 2019). Para os anos de tributação de 2020 e 2021, a limitação é de 80% do lucro tributável da Empresa e o prazo de reporte passa de cinco para doze anos, de acordo com Programa de Estabilização Económica e Social (“PEES”). Para o ano de tributação de 2022, o reporte é novamente de cinco anos.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

4.2.11 Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Subsequentemente, a Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando o instrumento satisfaz as seguintes condições:

- Os retornos para o seu detentor sejam:
 - a. de montante fixo;
 - b. de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Tenha uma maturidade definida, ou seja, à vista; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de Ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de Ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

4.2.12 Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data de aprovação das mesmas pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam a essa data são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data

do balanço que não nestas circunstâncias, ou seja, que não dão lugar a ajustamentos, a existir são divulgados na Nota 30.

4.3 Principais estimativas

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

Rédito estimado e gastos estimados – Contratos de construção

O rédito estimado é determinado tendo em consideração os contratos de construção assinados com os clientes, assim como autos de trabalhos a mais e a menos.

Os gastos estimados são determinados tendo em consideração os orçamentos de gastos por obra preparados pelos diferentes responsáveis de obra e são revistos mensalmente, em função da evolução da obra e dos gastos que se esperam incorrer.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

5. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” é detalhada conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	40 999	37 577
Depósitos bancários	685 729	1 761 196
Outros depósitos bancários	121 510	87 631
	<u>848 238</u>	<u>1 886 405</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros depósitos bancários” diz respeito a depósitos a prazo, que se encontram a caucionar parte das garantias bancárias emitidas a favor dos clientes da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação entre a rubrica “Caixa e depósitos bancários” dos balanços naquelas datas e a rubrica “Caixa e seus equivalentes” das demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	40 999	37 577
Depósitos bancários	685 729	1 761 196
Caixa e seus equivalentes	726 728	1 798 774
Outros depósitos bancários	121 510	87 631
Caixa e depósitos bancários	848 238	1 886 405

6. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contábilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor bruto		
Edifícios e outras construções	36 213	36 213
Equipamento básico	9 518 134	8 223 873
Equipamento administrativo	82 150	61 462
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	21 077
	<u>9 657 575</u>	<u>8 342 625</u>
Depreciações acumuladas	<u>(2 487 243)</u>	<u>(1 506 995)</u>
Valor líquido contábilístico	<u>7 170 331</u>	<u>6 835 630</u>

Os movimentos no valor bruto e nas depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são detalhados como segue:

	<u>2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Valor bruto			
Edifícios e outras construções	36 213	-	36 213
Equipamento básico	8 223 873	1 294 261	9 518 134
Equipamento administrativo	61 462	20 688	82 150
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	-	21 077
	<u>8 342 625</u>	<u>1 314 949</u>	<u>9 657 575</u>
	<u>2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Depreciações do período (Nota 25)</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Depreciações acumuladas e imparidade			
Edifícios e outras construções	8 148	3 621	11 769
Equipamento básico	1 466 289	959 456	2 425 745
Equipamento administrativo	25 232	13 518	38 751
Outros ativos fixos tangíveis	7 325	3 654	10 979
	<u>1 506 995</u>	<u>980 249</u>	<u>2 487 243</u>

Os movimentos no valor bruto e nas depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são detalhados como segue:

(Handwritten signatures and initials)

	2021		
	Saldo inicial	Aquisições	Saldo em 31/12/2021
Valor bruto			
Edifícios e outras construções	36 213	-	36 213
Equipamento básico	6 714 803	1 509 070	8 223 873
Equipamento administrativo	50 259	11 203	61 462
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	-	21 077
	6 822 353	1 520 273	8 342 625

	2021			
	Saldo inicial	Depreciações do período (Nota 25)	Outras regularizações	Saldo em 31/12/2021
Depreciações acumuladas e imparidade				
Edifícios e outras construções	4 527	3 621	-	8 148
Equipamento básico	623 264	844 653	(1 628)	1 466 289
Equipamento administrativo	12 717	12 515	-	25 232
Outros ativos fixos tangíveis	3 671	3 654	-	7 325
	644 179	864 443	(1 628)	1 506 995

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Edifícios e outras construções” diz respeito ao valor incorrido com as obras de remodelação do escritório da Empresa, que se encontra a ser arrendado.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os investimentos em equipamento básico referem-se à aquisição de máquinas e equipamentos de geotecnia, nomeadamente um equipamento de estacas de grande diâmetro, um complemento aos equipamentos de *Jet Grouting* (Silo), um posicionador, uma central de injeção, um conjunto de depósitos de bentonite, duas bombas peristálticas, e pequenos equipamentos de suporte à atividade.

No exercício de 2022, as aquisições de equipamento básico incluem trabalhos para a própria entidade, no montante de 107.346 Euros.

No exercício de 2022, a Empresa procedeu à transferência do IVA que se encontrava reclamado por parte da Empresa, no montante de 73.389 Euros, da rubrica “Outros créditos a receber” para a rubrica “Ativos fixos tangíveis”, em virtude da decisão desfavorável do CAAD – Centro de arbitragem relativamente à dedutibilidade deste montante (Nota 11).

8. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	31-12-2022	31-12-2021
Valor bruto		
Programas de computador	45 836	44 189
	45 836	44 189
Amortizações acumuladas	(43 554)	(33 730)
Valor líquido contabilístico	2 282	10 459

Os movimentos no valor bruto e amortizações acumuladas dos ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são detalhados como segue:

	2022		
	Saldo inicial	Aquisições	Saldo em 31/12/2022
Valor bruto			
Programas de computador	44 189	1 647	45 836
	44 189	1 647	45 836

	2022		
	Saldo inicial	Amortizações do período (Nota 25)	Saldo em 31-12-2022
Depreciações acumuladas e imparidade			
Programas de computador	33 730	9 824	43 554
	33 730	9 824	43 554

Os movimentos no valor bruto e amortizações acumuladas dos ativos intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021 são detalhados como segue:

	2021		
	Saldo inicial	Aquisições	Saldo em 31/12/2021
Valor bruto			
Programas de computador	44 189	-	44 189
	44 189	-	44 189

	2021			
	Saldo inicial	Amortizações do período (Nota 25)	Regularizações	Saldo em 31-12-2021
Depreciações acumuladas e imparidade				
Programas de computador	15 400	14 730	3 600	33 730
	15 400	14 730	3 600	33 730

9. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros investimentos financeiros” é composta pelo Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 37.457 Euros e 24.549 Euros respetivamente.

O montante referente a “Fundo de Compensação do Trabalho” corresponde à entrega de 0,925% de retribuição base e diuturnidade durante o contrato, as entregas mensais para o FCT são reconhecidas como um ativo financeiro, mensuradas ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

10. Impostos sobre o rendimento

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da derrama municipal de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do Art. 87º A do CIRC às seguintes taxas: i) entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros - 3% sobre o lucro tributável que exceda os 1.500.000 Euros; e ii) entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros - 5% sobre o valor entre os 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e taxa adicional de 9 % sobre o valor que exceda os 35.000.000 Euros.

Nos termos do Art. 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em vigor até 31 de dezembro de 2022, a Empresa encontra-se sujeita a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias,

os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2019 a 2021 poderão vir ainda a serem sujeitas a revisão.

O montante da rubrica "Impostos sobre o rendimento do período" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é determinado conforme segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Imposto corrente	102 878	56 242
Impostos diferidos	<u>2 981</u>	<u>54 606</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>105 859</u>	<u>110 848</u>

O movimento da rubrica "Ativos por impostos diferidos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	<u>2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Diminuição Efeito em resultados</u>	<u>Saldo final</u>
Ativos por impostos diferidos	<u>2 981</u>	<u>2 981</u>	<u>-</u>

O movimento da rubrica "Ativos por impostos diferidos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>2021</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Diminuição Efeito em resultados</u>	<u>Saldo final</u>
Ativos por impostos diferidos	<u>57 587</u>	<u>54 606</u>	<u>2 981</u>

A reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Resultado antes de impostos	474.880	251.212
A acrescentar:		
Correções de exercícios anteriores	-	3.600
Outros acréscimos	12.593	6.843
A deduzir:		
Excesso de estimativa de imposto	(7.965)	(1.133)
Benefícios fiscais	(105.000)	(105.000)
Lucro tributável	<u>374.508</u>	<u>155.522</u>
Prejuízos fiscais utilizados	(186.320)	(108.866)
Matéria coletável	<u>188.188</u>	<u>46.657</u>
Taxa de imposto	21%	21%
Colecta	<u>39.222</u>	<u>17.598</u>
Tributações autónomas	58.413	36.466
Derrama	<u>5.243</u>	<u>2.177</u>
Imposto corrente	<u>102.878</u>	<u>56.242</u>
Imposto diferido	<u>2.981</u>	<u>54.606</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>105.859</u>	<u>110.848</u>
Taxa efetiva de imposto	22%	44%

11. Outras créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros créditos a receber” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos - obras	780 859	538 962
Outros acréscimos de rendimento	-	137 000
Cauções	40 000	40 000
IVA reclamado	-	73 389
Outros devedores	<u>2 765</u>	<u>637</u>
	<u>823 624</u>	<u>789 988</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante relativo a cauções refere-se ao contrato de fornecimento de combustíveis com a Petrogal.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “IVA reclamado” relaciona-se com uma inspeção por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, à Declaração Periódica de IVA de Maio de 2019 – no primeiro

mês de atividade da Empresa – e com um caso de dupla tributação em sede de IVA em Portugal e França, estando o processo em fase de recurso hierárquico, ainda sem decisão proferida. A Empresa procedeu ao registo do pagamento da liquidação, que ocorreu em fevereiro de 2020, por contrapartida da rubrica “Outros créditos a receber – IVA reclamado”. Em 3 de março de 2022, a Empresa foi notificada da decisão da Autoridade Tributária e Aduaneira sobre o indeferimento deste recurso, datada de 28 de fevereiro de 2022, decisão confirmada pelo CAAD – Centro de Arbitragem. Decorrente desta situação, este montante foi transferido, no decurso do exercício de 2022, da rubrica “Outros créditos a receber” para a rubrica “Ativos fixos tangíveis” (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros créditos a receber” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 247 Euros e 137.247 Euros, respetivamente (Nota 29).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Inventários” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Matérias primas (Nota 20)	80 104	87 405
Produtos acabados e intermédios (Nota 21)	94 150	126 307
	<u>174 254</u>	<u>213 712</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as matérias-primas localizadas no estaleiro da Empresa em Queluz de Baixo, são compostas, essencialmente, por varas de furação e ferramentas de furação.

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Clientes” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Clientes	4 437 033	2 461 663
Clientes - Depósitos de Garantia	476 337	146 108
Valor Bruto	<u>4 913 370</u>	<u>2 607 771</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Clientes” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 1.832.737 Euros e 1.188.463 Euros, respetivamente (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a antiguidade da rubrica “Clientes” é como segue:

	2022						
	Entre 0 e 90 Dias	Entre 90 e 180 Dias	Entre 180 e 270 Dias	Entre 270 e 360 Dias	+360 Dias	Total	
Clientes	2.368.115	1.066.143	351.393	60.692	126.100	4.913.370	4.437.033
Clientes - Depósitos de Garantia	476.337					476.337	
	<u>2.844.452</u>	<u>1.066.143</u>	<u>351.393</u>	<u>60.692</u>	<u>126.100</u>	<u>4.913.370</u>	<u>4.913.370</u>

		2021				
	Por vencer	Entre 0 e 90 Dias	Entre 90 e 180 Dias	Entre 180 e 270 Dias	Entre 270 e 360 Dias	+ 360 Dias
Cientes	995 648	657 531	97 572	153 360	538 519	19 033
Cientes - Depósitos de Garantia	146 108	-	-	-	-	-
	1 141 756	657 531	97 572	153 360	538 519	19 033
						2 461 663
						146 108
						2 607 771

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas do ativo e passivo “Estado e outros entes públicos” são detalhadas como segue:

	31-12-2022		31-12-2021	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	-	(9.153)	-	(4.167)
Estimativa imposto (Nota 10)	-	102.878	-	56.243
Imposto a recuperar - Sucursal França	-	(31.951)	41.605	-
Retenções na fonte - IRC	-	(10)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	56.168	-	37.919
Imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares - França	-	-	-	20.363
Imposto sobre o valor acrescentado	340.061	-	295.628	-
Imposto sobre o valor acrescentado - Sucursal França	1.473	-	8.963	-
Contribuições para a Segurança Social	-	86.783	-	66.507
Fundos de compensação do trabalho	-	1.459	-	1.777
	341.534	206.173	346.196	178.642

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” do ativo é detalhada como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Selagem e comissão de financiamentos	7 661	9 342
Seguros	38 646	18 911
Rendas	2 289	9 674
	48 597	37 927

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante diferido relacionado com a selagem e comissões de financiamento refere-se aos gastos com o contrato de financiamento junto do Banco BAI Europa, contraído em 10 de setembro de 2019, cuja duração é de 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” do passivo é detalhada como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos diferidos - obras	406 621	213 606
	406 621	213 606

16. Capital

Capital

O capital social no montante de 1.500.000 Euros é representado por 150.000 ações ordinárias de valor nominal de 10 Euros cada, encontra-se totalmente realizado, distribuindo-se da seguinte forma:

	31-12-2022	
	Capital Subscrito	%
Acionistas:		
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A.	750 000	50,00
Novinvest, S.A. (Angola)	750 000	50,00
	1 500 000	100,00

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, existiu uma alteração nos detentores de capital da Empresa, com a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A., empresa domiciliada em Portugal, a adquirir as ações da Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A., empresa domiciliada em Angola, e a ficar assim com 50% do capital social da Empresa.

Reserva legal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos na rubrica “Reserva legal” foram os seguintes:

	31-12-2022		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Reserva legal	677	7.018	7.695
	677	7.018	7.695

	31-12-2021		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Reserva legal	-	677	677
	-	677	677

Os aumentos ocorridos na rubrica “Reserva legal” no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrem da aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 31 de maio de 2022, foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 140.363 Euros, para a rubrica “Reserva legal” o montante de 7.018 Euros e para a rubrica “Resultados transitados” o montante de 133.345 Euros.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 1 de julho de 2021, foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 13.546 Euros, para a rubrica “Reserva legal” o montante de 677 Euros e para a rubrica “Resultados transitados” o montante de 12.869 Euros.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecedores” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Fornecedores c/c	2 986 070	2 060 275
Fornecedores c/c - Sucursal França	8 143	14 482
	<u>2 994 213</u>	<u>2 074 757</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecedores” inclui o montante de 360.485 Euros e 46.605 Euros, respetivamente (Nota 29).

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras dívidas a pagar” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Fornecedores Investimentos c/c	169 627	644 200
Credores por acréscimo de gastos - Férias e subsídio de férias	220 228	137 728
Credores por acréscimo de gastos - Obras	33 488	22 090
Credores por acréscimo de gastos - Reparações equipamentos	250 000	20 000
Credores por acréscimo de gastos - Juros suprimentos	72 500	30 000
Credores por acréscimo de gastos - Aluguer Equipamento	49 364	-
Pessoal - Remunerações a pagar	137 490	2 490
Outros credores	23 145	13 027
	<u>955 842</u>	<u>869 534</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Fornecedores de investimento c/c” corresponde a uma responsabilidade decorrente do exercício da opção de compra em contrato de aluguer de equipamento, que continham essa opção, antecipando uma decisão de investimento que seria inevitável dadas as necessidades que o mercado tem vindo a solicitar.

19. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Vendas e serviços prestados” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Serviços prestados - Obras no Mercado interno	13 856 576	10 256 848
Serviços prestados - Obras no Mercado externo	1 620 261	666 530
	<u>15 476 838</u>	<u>10 923 378</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Vendas e serviços prestados” inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 1.625.809 Euros e 1.377.538 Euros, respetivamente (Nota 29).

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Saldo inicial de inventários (Nota 12)	87 405	27 680
Compras	4 911 290	3 270 336
Saldo final de inventários (Nota 12)	80 104	87 405
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>4 918 591</u>	<u>3 210 611</u>

21. Variação nos inventários de produção

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Variação nos inventários de produção” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Saldo inicial de inventários de produção (Nota 12)	126 307	158 612
Saldo final de inventários de produção (Nota 12)	<u>94 150</u>	<u>126 307</u>
Variação nos inventários de produção	<u>(32 157)</u>	<u>(32 306)</u>

22. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Portugal:		
Subcontratos	2 401 446	1 391 499
Rendas e alugueres	1 233 449	933 313
Conservação e reparação	360 208	222 018
Trabalhos especializados	207 000	172 766
Deslocações e estadas	332 069	260 644
Combustíveis	510 328	473 889
Seguros	47 520	59 968
Transportes	536 819	381 409
Contencioso e notariado	18 087	10 595
Comunicação	19 134	13 710
Publicidade e propaganda	36 067	5 895
Material de escritório	11 052	5 950
Honorários	1 584	12 360
Limpeza, higiene e conforto	6 908	5 615
Outros fornecimentos e serviços externos	74 638	59 608
	<u>5 796 309</u>	<u>4 009 238</u>
França:		
Rendas e alugueres	637	2 689
Subcontratos	-	2 383
Ferramentas e utensílios	-	12 990
Honorários	-	173
Trabalhos especializados	7 779	20 600
Deslocações e estadas	391	2
Outros fornecimentos e serviços	615	2 530
	<u>9 421</u>	<u>41 367</u>
	<u>5 805 730</u>	<u>4 050 604</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui transações com partes relacionadas no montante de 310.656 Euros e 30.450 Euros, respetivamente (Nota 29).

23. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos com o pessoal” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Portugal:		
Remunerações aos órgãos sociais	439 936	337 206
Remunerações ao pessoal	2 451 034	1 814 072
Encargos sobre remunerações	470 228	399 985
Seguros acidentes de trabalho	43 515	40 406
Outros gastos com o pessoal	6 210	4 911
França:		
Encargos sobre remunerações	-	(12 832)
Outros gastos com o pessoal	-	1 089
	<u>3 410 922</u>	<u>2 584 836</u>

O número médio de colaboradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 85 (68 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

24. Outros rendimentos e outros gastos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Outros rendimentos” inclui, essencialmente, uma indemnização do seguro para a avaria de uma máquina, no montante de 272.147 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros rendimentos” refere-se à variação entre a indemnização do seguro recebida naquele exercício e a estimativa registada pela Empresa em 31 de dezembro de 2020 quanto àquela indemnização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros gastos” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Impostos	10 518	17 985
Outros gastos	28 847	10 443
	<u>39 365</u>	<u>28 428</u>

25. (Gastos)/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização” é detalhada como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	980 248	864 443
Ativos intangíveis (Nota 8)	9 824	14 730
	<u>990 073</u>	<u>879 173</u>

26. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os juros e gastos similares suportados referem-se essencialmente aos juros suportados com os financiamentos obtidos junto do Banco BAI Europa, EuroBIC e CGD e com as locações financeiras contraídas junto da Millennium BCP e CGD, confoem segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Juros suportados de financiamento obtidos e locações	153 805	156 588
Outros juros	49 138	2 211
Custos com garantias bancárias	7 743	5 327
	<u>210 687</u>	<u>164 126</u>

27. Locações

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os pagamentos futuros no que se refere a locações financeiras, relativos a equipamentos básico, são como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	514 147	323 887
Entre um e cinco anos	1 262 239	826 295
	<u>1 776 386</u>	<u>1 150 183</u>

O financiamento descrito refere-se a um conjunto de *leasings* obtidos junto do Millennium BCP e da CGD em 2019, 2020, 2021 e 2022, com duração de 5 anos.

- Locações operacionais

A Empresa tem arrendado um escritório em Miraflores, sito na Avenida José Gomes Ferreira, Edifício Atlas II, Sala 31. Os pagamentos referentes a esta locação operacional são como segue:

Pagamentos futuros:

Menos de um ano
Entre um e cinco anos

	31-12-2022	31-12-2021
Menos de um ano	27 976	27 473
Entre um e cinco anos	4 670	32 051
	32 647	59 524

Handwritten signature and initials.

28. Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Financiamentos” tem o seguinte detalhe:

31-12-2022				
Corrente	Não corrente			Total
	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		
Locações financeiras (Nota 27)	514 147	1 262 239	-	1 262 239
Empréstimos bancários	1 007 383	898 288	-	898 288
Acionistas	-	2 250 000	-	2 250 000
Empresas do grupo	-	2 125 000	-	2 125 000
	1 521 529	6 535 527	-	6 535 527

31-12-2021				
Corrente	Não corrente			Total
	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		
Locações financeiras (Nota 27)	323 887	826 295	-	826 295
Empréstimos bancários	895 234	1 752 900	-	1 752 900
Acionistas	-	4 250 000	-	4 250 000
	1 219 122	6 829 195	-	6 829 195

A rubrica “Empréstimos bancários” correspondem a dois financiamentos obtidos junto do BAI Europa (“BAI”), a dois financiamentos obtidos junto do Euro BIC e a um financiamento obtido junto da CGD.

• **Contratos BAI**

O primeiro financiamento do BAI Europa foi contraído em 10 de setembro de 2019, com duração de 5 anos, no montante total de 2.900.000 Euros, vencendo juros a taxas de mercado. O reembolso do empréstimo será efetuado em 60 amortizações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira um mês após a utilização. Para garantir este empréstimo, os acionistas constituíram-se como fiadores e principais pagadores das obrigações contraídas junto do BAI. Adicionalmente, o BAI ficou na posse de uma livrança em branco subscrita pela Empresa e avalizada pelos acionistas. O financiamento foi concedido sob condição resolutive dos acionistas efetuarem, cada um, a realização de capital e concessão de suprimentos, nos seguintes montantes e momentos, de acordo com a adenda assinada em 17 de dezembro de 2020:



- **2019: capital de 1.500.000 Euros;**
- **2020: suprimentos de 1.250.000 Euros;**
- **2021: suprimentos de 1.250.000 Euros;**
- **Entre 2022 e 2023: suprimentos de 1.650.000 Euros.**

Assim, em 31 de dezembro de 2022, as condições resolutivas foram cumpridas, razão pela qual o passivo bancário contraído junto do BAI encontra-se apresentado, quanto à sua maturidade, em função do plano de amortização inicialmente contratado.

Este aditamento assinado com o BAI, que recalendarizou os suprimentos, teve como propósito adequar e ajustar as necessidades anuais de investimento aos suprimentos a realizar.

Relativamente ao segundo contrato com o BAI, o montante é de 680.000 Euros, destinando-se à aquisição de maquinaria, o prazo do empréstimo é de 54 meses, sendo o reembolso efetuado em 48 meses e vence juros a taxas de mercado. O financiamento foi concedido sob condição resolutiva dos acionistas efetuarem, cada um, a realização de capital concessão de suprimentos, nos mesmos moldes da adenda ao primeiro financiamento. Para garantir este empréstimo, os acionistas constituíram-se como fiadores e principais pagadores das obrigações contraídas junto do BAI. Adicionalmente, o BAI ficou na posse de uma livrança em branco subscrita pela Empresa e avalizada pelos acionistas.

Este financiamento foi concedido sob condição resolutiva dos acionistas efetuarem, cada um, à concessão de suprimentos, nos seguintes montantes e momentos:

- **2020: capital de 1.250.000 Euros;**
 - **2021: capital de 1.250.000 Euros;**
 - **Entre 2022 e 2023: suprimentos de 1.650.000 Euros.**
-
- **Contratos BIC**

Relativamente ao primeiro contrato com o EuroBIC, o seu montante é de 275.319 Euros, foi contratualizado em 25 de agosto de 2020 por um prazo de 44 meses, vencendo-se em 25 de abril de 2024, com prestações mensais de capital e juros e taxas de juro de acordo com o mercado.

O banco dispõe de penhor mercantil sobre um equipamento, o aval dos acionistas e uma livrança em branco dos acionistas

O financiamento foi concedido sob condição resolutiva dos acionistas efetuarem, cada um, a realização de capital e concessão de suprimentos:



- **2019: capital e suprimentos no total de 3.250.000 Euros;**
- **2020: suprimentos de 2.500.000 Euros;**
- **2021: suprimentos de 500.000 Euros;**
- **2022: suprimentos de 250.000 Euros;**
- **2023: suprimentos de 900.000 Euros.**

No exercício de 2022, apenas foi realizado o montante de 125.000 Euros de suprimentos. A Empresa obteve um waiver por parte do BAI, datado de 19 de janeiro de 2023, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2022, de forma a não ser exigido o capital em dívida relativamente ao incumprimento parcial desta condição constante no contrato, razão pela qual o passivo bancário contraído junto do EuroBIC encontra-se apresentado, quanto à sua maturidade, em função do plano de amortização inicialmente contratado.

Relativamente ao segundo contrato com o EuroBIC, o seu montante é de 223.550 Euros, foi contratualizado em 30 de janeiro de 2021 por um prazo de 44 meses, vencendo-se em 30 de setembro de 2024, com prestações mensais de capital e juros e taxas de juro de acordo com o mercado.

O banco dispõe de penhor mercantil sobre um equipamento, o aval dos acionistas e uma livrança em branco dos acionistas.

O financiamento foi concedido sob condição resolutiva dos acionistas efetuarem, cada um, a realização de capital e concessão de suprimentos:

- **2019: capital e suprimentos no total de 3.250.000 Euros;**
- **2020: suprimentos de 2.500.000 Euros;**
- **2021: suprimentos de 500.000 Euros;**
- **2022: suprimentos de 250.000 Euros;**
- **2023: suprimentos de 900.000 Euros.**

No exercício de 2022, apenas foi realizado o montante de 125.000 Euros de suprimentos. A Empresa obteve um waiver por parte do BAI, datado de 19 de janeiro de 2023, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2022, de forma a não ser exigido o capital em dívida relativamente ao incumprimento parcial desta condição constante no contrato, razão pela qual o passivo bancário contraído junto do EuroBIC encontra-se apresentado, quanto à sua maturidade, em função do plano de amortização inicialmente contratado.

[Handwritten signatures and initials]

• **Contratos CGD**

O financiamento junto da CGD, tem uma linha de crédito até ao limite de 150.000 Euros, destinado ao apoio à tesouraria, foi contratualizada em 31 de dezembro de 2020, pelo prazo global de 60 meses e com reembolso em 48 meses, com prestações mensais e taxas de juro de acordo com o mercado.

O banco dispõe de penhor mercantil sobre um equipamento, o aval dos acionistas e uma livrança em branco dos acionistas.

29. Entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, as entidades relacionadas da Empresa são: (i) a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A. (PT) e a Novinvest, ambas participantes no capital da Empresa em 50%; e (ii) a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A. (AO), a Griner - acionista indireta, via Novinvest, a Griner CVC, Construções, S.A., a Pemel Metalomecânica, S.A. e a DRILLGO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S. A. (AO).

Os saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são analisados conforme segue:

	2022			
	Clientes (Nota 13)	Fornecedores (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 11)	Suprimentos (Nota 28)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	330 809	231 448	247	-
Novinvest, S.A. (AO)	-	36 250	-	2 250 000
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	36 250	-	2 125 000
Griner CVC, Construções, S.A.	97 472	-	-	-
Pemel - Metalomecânica, SA	-	56 537	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	1 404 456	-	-	-
	1 832 737	360 485	247	4 375 000

	2021			
	Clientes (Nota 13)	Fornecedores (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 11)	Suprimentos (Nota 28)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	183 984	-	247	-
Novinvest, S.A. (AO)	-	15 000	-	2 125 000
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	21 016	15 000	-	2 125 000
Griner Engenharia, SA - Sucursal em Portugal	23 125	16 605	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	960 337	-	137 000	-
	1 188 463	46 605	137 247	4 250 000

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa tinha contraído empréstimos junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A. (“BAI”), que ascendiam a 1.496.667 Euros e 2.246.667 Euros, respetivamente e mantinha depósitos bancários juntos daquela instituição nos montantes de 208.045 Euros e 688.492 Euros, respetivamente.

As transações efetuadas com entidades relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhadas conforme segue:

	2022			
	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Investimentos corpóreos (Nota 7)	Juros suportados (Nota 26)	Vendas e serviços prestados (Nota 19)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	231 448	-	-	356 214
Novinvest, S.A. (AO)	-	-	21 250	-
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	-	21 250	-
Griner Engenharia, SA - Sucursal em Portugal	11 900	-	-	-
Griner CVC, Construções, S.A.	160	-	-	275 036
Pemel - Metalomecânica, SA	67 147	15 435	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	-	-	-	994 559
	310 656	15 435	42 500	1 625 809

	2021		
	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros suportados (Nota 26)	Vendas e serviços prestados (Nota 19)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	-	-	715 258
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	15 000	11 542
Novinvest, S.A. (AO)	-	15 000	-
Griner Engineering GH Limited	-	-	(40 125,00)
Griner Engenharia, SA - Sucursal em Portugal	30 450	-	40 125,00
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	-	-	650 738
	30 450	30 000	1 377 538

30. Responsabilidades assumidas e não refletidas em balanço

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa tinha prestado 9 garantias bancárias como forma de garantia de boa execução, no montante total de 491.273 Euros.

31. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Resultado líquido do exercício	369.020	140.363
Número médio de ações	150.000	150.000
Resultado por ação (básico e diluído)	2,46	0,94

32. Acontecimentos após a data de balanço

Em abril de 2023, a Omatapalo Angola realizou os 125.000 Euros de suprimentos que se encontravam previstos para o exercício de 2022, ao abrigo dos financiamentos contraídos juntos do EuroBIC.

Não existiram outros eventos subsequentes que necessitassem de registo ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

33. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.
- b) Proposta de aplicação de resultados: 7.018 Euros para “Reserva legal” e 133345 Euros para “Resultados transitados”
- c) Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:
 - a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
 - b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Algés, 14 de abril de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Nuno Din

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]
Fernando Vazquez Conde Comu Jr.

Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 14.359.687 Euros e um total de capital próprio de 1.739.782 Euros, incluindo um resultado líquido de 369.020 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

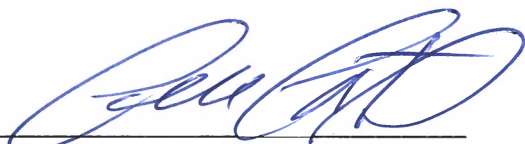
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de julho de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Alves Caetano, ROC
Registo na OROC n.º 1267
Registo na CMVM n.º 20160878